



27/10/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO INQUÉRITO 4.383 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S)	:PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL
ADV.(A/S)	: ANDRÉ MAIMONI
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. INQUÉRITO. PARTIDO POLÍTICO. INCLUSÃO COMO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO. ENTIDADE QUE NÃO FIGURA COMO SUJEITO PASSIVO DOS FATOS EM APURAÇÃO. INVIABILIDADE. ADMISSÃO COMO *AMICUS CURIAE*. INEXISTÊNCIA. RECORRIBILIDADE RESTRITA. ILEGITIMIDADE RECURSAL. INSURGÊNCIA NÃO CONHECIDA.

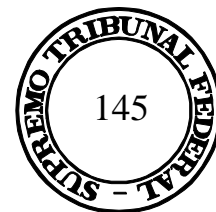
1. Nos termos do art. 268 do Código de Processo Penal, a faculdade de atuar na qualidade de assistente de acusação é conferida ao ofendido, ao seu representante legal ou, na falta destes, às pessoas elencadas no art. 31 do referido *codex*.

2. Nada obstante as relevantes funções atribuídas aos partidos políticos para a consecução dos objetivos da República Federativa do Brasil, é certo que o agravante não figura como sujeito passivo das condutas que são objeto de apuração neste caderno investigativo, sendo inviável, portanto, a sua inclusão na qualidade de assistente da acusação.

3. A disciplina do *amicus curiae* prevista no novo Código de Processo Civil veda ao interveniente a interposição de recursos, excepcionando apenas os embargos de declaração e a insurgência contra decisão que julga incidente de resolução de demandas repetitivas (art. 138, §§ 1º e 3º, do CPC), hipóteses que não se amoldam ao caso em análise.

4. Ainda que houvesse decisão admitindo o ora agravante como *amicus curiae* nestes autos - o que, frise-se, não existe -, a legislação de regência não lhe garantiria legitimidade recursal ampla e irrestrita, em razão das limitações legais já citadas, circunstância que impediria, de qualquer forma, o conhecimento da presente insurgência.

5. Agravo regimental não conhecido.



INQ 4383 AGR / DF

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, **em sessão virtual, de 20 a 26 de outubro de 2017**, sob a Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 27 de outubro de 2017.

Ministro **EDSON FACHIN**
Relator

27/10/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO INQUÉRITO 4.383 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S)	: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL
ADV.(A/S)	: ANDRÉ MAIMONI
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL contra a decisão de fls. 18-23, na parte em que *“determinou o arquivamento do inquérito que visa a investigar a prática de crimes pelo Presidente da República”* (fl. 32).

Preliminarmente, sustenta o agravante ter legitimidade para a interposição desta insurgência na qualidade de assistente de acusação, nos termos do art. 268 do Código de Processo Penal, aduzindo que *“o que está em discussão no presente Inquérito 4383, que, obviamente, vai muito além de meros direitos subjetivos individuais e alcançando interesses públicos de alta relevância, seja pelo tipo de crimes [sic] que são imputados aos investigados, seja pela posição institucional central e superior que ocupam os inquiridos”* (fl. 33).

Ainda no ponto sobre a legitimidade, asseve, de forma subsidiária, que seria possível a sua admissão na condição de *amicus curiae*, aplicando-se analogicamente a disciplina do Código de Processo Civil.

No mérito, defende que a imunidade prevista em favor do Presidente da República, no art. 86, § 4º, da Constituição Federal, não impediria a prática de atos investigativos para apuração dos atos estranhos ao exercício da função, tendo o condão de sobrestar apenas a fase processual da persecução penal.

Requer a reconsideração da decisão agravada, possibilitando-se a instauração de inquérito contra o Presidente da República para o exame de suposto ilícito penal praticado no ano de 2010.

Com vista dos autos, o Procurador-Geral da República ofertou



INQ 4383 AGR / DF

contrarrazões às fls. 62-74, sustentando que *“essa cláusula de afastamento da persecução penal impede não só a instauração de ações penais contra o Presidente da República, mas também a deflagração de investigações criminais a ele relacionadas, desde que referentes a fatos anteriores ao mandato”* (fl. 73), manifestando-se, ao final, pelo desprovimento do agravo.

É o relatório.



27/10/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO INQUÉRITO 4.383 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Conforme relatado, por meio deste agravo regimental o Partido Socialismo e Liberdade - PSOL pretende, em síntese, seja dada continuidade às investigações em detrimento do Presidente da República relacionadas a fatos ocorridos no ano de 2010, ou seja, estranhos ao exercício de suas funções, sob o argumento de que a imunidade prevista no art. 86, § 4º, da Constituição Federal impediria apenas a deflagração da fase processual da *persecutio criminis*.

A insurgência, entretanto, não comporta conhecimento, tendo em vista a carência de legitimidade recursal do agravante.

Com efeito, a despeito dos relevantes argumentos levantados acerca do interesse público no esclarecimento dos fatos, o Poder Constituinte originário delegou ao Ministério Público, privativamente, a incumbência de promover a ação penal pública, nos termos do art. 129, I, da Constituição da República.

No plano infraconstitucional, a assistência à acusação é facultada ao ofendido ou, na sua falta, ao seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, conforme preceituam os arts. 268 e 31, ambos do Código de Processo Penal. Cumpre esclarecer, ademais, que a ação penal privada subsidiária da ação penal pública conta com o mesmo rol de legitimados, nos termos dos arts. 29 e 30 do mesmo diploma legal.

Nada obstante as relevantes funções atribuídas aos partidos políticos para a consecução dos objetivos da República Federativa do Brasil, é certo que, na hipótese em análise, o agravante não figura como sujeito passivo das condutas que são objeto de apuração neste caderno investigativo, sendo inviável, portanto, a sua inclusão nestes autos na qualidade de assistente da acusação.

Ademais, a par da possibilidade ou não de incidência da figura do

**INQ 4383 AGR / DF**

amicus curiae no âmbito do processo penal, especialmente na fase de apuração inquisitiva dos fatos, é certo que a disciplina dada ao instituto no novo Código de Processo Civil veda ao interveniente a interposição de recursos, excepcionando apenas os embargos de declaração e a insurgência contra decisão que julga incidente de resolução de demandas repetitivas (art. 138, §§ 1º e 3º, do CPC), hipóteses que não se amoldam ao caso em análise.

Assim, ainda que houvesse decisão admitindo o ora agravante como *amicus curiae* nestes autos - o que, frise-se, não existe -, a legislação de regência não lhe garantiria legitimidade recursal ampla e irrestrita, em razão das limitações legais já citadas, circunstância que impediria, de qualquer forma, o conhecimento da presente insurgência.

Ante o exposto, configurada a carência de legitimidade do agravante, **não conheço** do recurso.

É como voto.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO INQUÉRITO 4.383

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

AGTE.(S) : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL

ADV.(A/S) : ANDRÉ MAIMONI (00029498/DF)

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Segunda Turma, Sessão Virtual de 20.10.2017 a 26.10.2017.

Composição: Ministros Edson Fachin (Presidente), Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli.

Disponibilizou processo para esta sessão o Ministro Alexandre de Moraes, não tendo participado do julgamento desse feito o Ministro Edson Fachin por suceder, na Segunda Turma, o Ministro Teori Zavascki.

Ravena Siqueira
Secretária